

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

Concurso Público

Cargo:

Juiz Federal Substituto da 5.ª Região

CADERNO DA PROVA SUBJETIVA P₂



Aplicação: 21/8/2004

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém uma proposta para elaboração de **dissertação**, com cinco páginas para rascunho, e **quatro questões**, com duas páginas de rascunho para cada questão, correspondentes à prova subjetiva P_2 .
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- **4** Durante a realização da prova, somente será permitida a consulta à legislação desacompanhada de quaisquer anotações, comentários, jurisprudências ou súmulas.
- 5 Não será permitido o empréstimo de qualquer material entre os candidatos, mesmo daquele que já tenha terminado a prova.
- 6 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- **8** A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer da prova e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- **9** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe todas as folhas de textos definitivos e deixe o local de prova.
- **10** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação de sua prova.

AGENDA

- I **8/9/2004**, a partir das 14 h Sessão pública de identificação das provas subjetivas P_2 Local: Tribunal Regional Federal da 5.ª Região Sala de Sessão da 2.ª Turma Av. Martin Luther King, s/n, Bairro do Recife, Recife PE.
- II 9, 10 e 13/9/2004, das 9 às 16 h Recursos (prova subjetiva P₂): em Recife PE, na Sala da Comissão de Concursos, Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, 14.º andar, ou nas direções dos foros das respectivas sessões judiciárias onde foram aplicadas as provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2004 TRF, de 16/4/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100 e Internet: www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA SUBJETIVA P2

- Nesta prova que vale duzentos pontos, sendo cento e vinte pontos para a dissertação e vinte pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de TEXTOS DEFINITIVOS, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Na dissertação e em cada uma das questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **cento e cinqüenta** e **sessenta** linhas, respectivamente, será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito no local de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente.

ATENÇÃO! No caderno de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I – DISSERTAÇÃO

Redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Contribuições que representam fontes de receita para a seguridade social.

Em seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- contribuições no Brasil: fundamentos e regime constitucional;
- características, fato gerador e base de cálculo de cada uma das contribuições que são fontes de recursos para a seguridade social;
- principais questões que envolvem essas contribuições;
- análise crítica e conclusões sobre esse conjunto de contribuições.

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 2/5

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 3/5

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 4/5

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO – PARTE I – DISSERTAÇÃO – 5/5

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

PARTE II – QUESTÃO 1

Redija texto dissertativo em que responda, fundamentadamente, aos seguintes questionamentos:

Constitui afronta à Constituição Federal o constante do art. 1.030 do novo Código Civil, que prevê a exclusão do sócio fundada em deficiência mental superveniente? O que ocorrerá se houver cláusula contratual a esse respeito?

PARTE II – QUESTÃO 2

Redija texto dissertativo em que responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos:

O que se deve entender como causa de pedir na ação popular? Como se identifica a possibilidade de litisconsórcio e em até que fase do processo pode ele se formar?

PARTE II – QUESTÃO 3

Redija, de modo fundamentado, um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Extradição: requisitos e princípio da contenciosidade limitada.

PARTE II – QUESTÃO 4

Redija texto dissertativo em que responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos:

No tocante ao tempo, em relação à lei penal, o que se deve entender por lei mais favorável? De acordo com tal entendimento, em que circunstâncias:

- ocorrerá a retroatividade da lei penal?
- ocorrerá a ultra-atividade da lei penal?

Ainda nesse âmbito, qual a diferença entre a aplicação da lei mais favorável e a abolitio criminis? Quando esta ocorre e por qual juízo?

Responda a esses mesmos questionamentos anteriores em relação ao tempo, no que se refere, contudo, à lei processual penal.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 3 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 4 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 4 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	